



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Reintegração Social das Mulheres Ex-Militares no Distrito
Municipal Katembe (1992-2012)**

Sargem Valentim Chiparanga

Supervisor: Dr. Danúbio Lihaha

Maputo, Outubro de 2012

Reintegração Social das Mulheres Ex-Militares no Distrito Municipal Katembe (1992-2012)

Autor

.....

Sargem Valentim Chiparanga

Trabalho de Conclusão do Curso de Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

.....

.....

.....

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de fim de curso na modalidade de relatório de pesquisa nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau. Este trabalho resulta da minha investigação pessoal estando indicadas ao longo do texto e na bibliografia as fontes utilizadas para a sua elaboração.

Assinatura

(Sargem Valentim Chiparanga)

Maputo, ao 26 de Outubro de 2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus avôs Filomena Baltazar e Sargem Valentim Chiparanga, cujos ensinamentos ficarão gravados eternamente.

Aos meus amados pais Sargene Valentim Chiparanga e Natália Baltazar, que passara-me o que há de melhor em termos de valores e educação.

Aos meus irmãos, Nelson Chiparanga, Belarmina Chiparanga, Alex Chiparanga, Valentina Chiparanga, Joana Chiparanga, Edmundo Chiparanga e Guilhermina Chiparanga, pelo carinho e apoio.

Aos meus queridos ex-colegas que infelizmente não estão mais entre nós, que são: Dona Angelina e Moisés

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de mais ao meu supervisor, Dr. Danúbio Lihahé pelas correcções, sugestões e conselhos a toda a hora. Ao Dr. Euclides Gonçalves que batalhou para que pudéssemos passar de simples rascunho a um texto e a todos os docentes do Departamento de Antropologia e Arqueologia.

O meu muito obrigado para as mulheres ex-militares do Distrito Municipal da Katembe que me facilitaram obter informações precisas e indispensáveis na elaboração deste relatório.

Agradeço aos meus pais pelo apoio moral e financeiro, indispensável nos meus estudos. Agradeço ainda ao Cremildo Mubate, José Chigarisso, Amílcar Magaço, Simões Capece, Juma Jamal, Edmar de Rosário, Obonyo Guerra, Alik Abdul e toda a turma de Antropologia 2009. A vossa companhia foi inigualável em todos estes anos.

RESUMO

Este estudo centra-se na análise da Reintegração social da Mulher Desmobilizada de Guerra, tomando como exemplo o caso das Mulheres Ex-Militares do Distrito Municipal Ka-Tembe, onde, procurou-se mapear e analisar os processos de reintegração social das mesmas no contexto em referência.

Através de uma pesquisa qualitativa que aliou o trabalho de campo, como método privilegiado da Antropologia à observação, efectuaram-se conversas com algumas categorias de informantes (as Desmobilizadas e seus Vizinhos) indispensáveis para o nosso estudo, bem como a revisão da literatura.

Sobre a Desmobilização da Mulher Ex-Militar no Distrito Municipal, verificamos que, pouco sabiam do funcionamento das comissões de trabalho e outros órgãos ligados ao processo de desmobilização e reintegração por falta de informação; por constituir um número inferior em relação aos homens desmobilizados, a sua desmobilização e reintegração mereceram pouca atenção; por terem sido recrutadas muito novas, sem qualquer informação relevante e terem permanecido no exército muito tempo as desmobilizadas mal conseguem encontrar trabalho ou desenvolver qualquer actividade que permite obter rendimento para o auto-sustento; por serem mulheres com responsabilidades familiares e com idade já, avançada estão sujeitas a várias discriminações.

O nosso trabalho argumenta que, as ex-combatentes que se fixaram na Ka-Tembe estão reintegradas naquelas comunidades, pois as mesmas dificuldades enfrentadas pela comunidade principalmente a faltam de emprego assalariado são as mesmas enfrentadas pelas comunidades.

Argumenta ainda que o bom relacionamento com os vizinhos e o casamento desempenharam um papel muito importante para a reintegração destas combatentes na medida em que lhes permite o acesso a redes familiares locais, o que consequentemente reforça a capacidade de agregado de ex-combatentes a enfrentar as dificuldades vividas actualmente na localidade. Por fim, referimos que, actividades como agricultura, negócio informal, corte e venda de lenha constituem a base de sobrevivência não só do agregado familiar das desmobilizadas como também do resto da população daquela localidade.

Palavras-chave: *Reintegração Social, Mulher e Desmobilização.*

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AGP- Acordo Geral de Paz

AHP- Arquivo Histórico de Moçambique.

DF- Destacamento Feminino.

CAs- Centro de Acantonamento.

CTNAS- Centro de Tropas não Acantonáveis.

ONGs- Organizações Não Governamentais.

OMM- Organização da Mulher Moçambicana

ONUMOZ- Missão Mista para Paz em Moçambique.

EAR- Esquemas de Apoio à Reintegração.

SIR- Serviços de Informação Para a Reintegração

SMO- Serviço Militar Obrigatório.

NU- Nações Unidas.

NESAM – Associação Moçambicana de Estudantes Nacionalistas.

MANU- Maconde African National Union

RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana.

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique.

PRE- Programa de Reabilitação Económica

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UNOHAC- Gabinete de Coordenação da Assistência Humanitária.

ÍNDICE.....	pag
DECLARAÇÃO	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	v
I INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problematização	5
1.2 Enquadramento Teórico	7
1.3 Conceptualização: Reintegração, Desmobilização Militar e Ritual.....	9
II METODOLOGIA	12
2.1 Observação.....	12
2.2 Entrevistas: semi-estruturadas.....	12
CAPITULO I: O ACORDO GERAL DE PAZ E A DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE EX-COMBATENTES.....	14
1.1 O Acordo Geral De Paz.....	14
1.2 A Desmobilização das Forças Militares.....	15
1.3 Especialidades da Desmobilização das Mulheres.....	16
1.4 A Mulher Desmobilizada e os Programas de Reintegração.....	18
1.4 Benefícios dos Programas de Reintegração	19
CAPITULO II: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS GUERRAS EM MOÇAMBIQUE ..	20
CAPITULO III: AS DESMOBILIZADAS DA KA-TEMBE.....	23
3.1 Breve Apresentação da Ka-Tembe.....	23
3.2 Nível de Escolaridade e Formação das Mulheres Desmobilizadas.....	23
3.3 Locais de Origem e de Residência	29
3.4 Estado Civil e Tempo de Permanência no Exército.....	30
CAPITULO IV: SERÁ QUE AS EX-COMBATENTES DA KA-TEMBE ESTÃO REINTEGRADAS?.....	32
4.1 Comparação entre famílias com ex-combatentes e sem ex-combatentes	32
CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
III REFERENCIA BIBLIOGRAFIA.....	36
ANEXOS	39

I INTRODUÇÃO

Este Relatório é um trabalho desenvolvido como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane. O mesmo procura mapear e analisar os processos de reintegração social das mulheres ex-militares. Realizou-se no Distrito Municipal da KaTembe. Cidade de Maputo

A assinatura do Acordo Geral de Paz em Moçambique, em 1992, marcou fim do conflito armado que assolou o país durante 16 anos. O processo de paz passava pela implementação de medidas de estabilidade a vários níveis, incluindo a movimentação, concentração, desmobilização das forças militares no território, grupo este visto como potencial perigo a paz.

O processo de desmobilização das forças armadas da Renamo e do Governo abrangeu cerca de 100. 000 Militares. Esse processo culminou mais tarde com a implementação de programas de apoio aos desmobilizados de modo a garantir a sua reintegração na vida civil.

A problemática da desmobilização articulada com a questão da reintegração, têm sido objecto de análise por parte de vários especialistas que procuram uma melhor compreensão da mesma. É assim que, em matéria de desmobilização, duas grandes vertentes podem ser identificadas:

- ✓ Uma considera que os desmobilizados não podem ser vistos como um conjunto específico dentro da sociedade, dado que grande parte da população em geral atravessa os mesmos problemas vividos pelos desmobilizados, e portanto são problemas de todo o país (Srivastava 1994: 23)
- ✓ Outra defende que os desmobilizados são um grupo especial a ser considerado, porque representam uma variável importante na preservação de paz, para se evitar o regresso à guerra. Considera que, na prática, deve ser dada prioridade especial à população desmobilizada, devido a ameaça potencial que representa para o processo de paz e sua reintegração, caso não atinja níveis satisfatórios (Coelho e Vines 1994:39). Esta vertente faz referencia à questão da dívida moral e material que o Estado tem para com os desmobilizados. Por consequência, a que recompensa-lo pelo esforço e sacrifícios feitos durante a guerra.

De acordo com a pesquisa bibliográfica e documental realizada, verificamos que vários são os autores que tratam do assunto, sendo de destacar os seguintes:

De acordo com Abrahamsson (1994) o contexto da assinatura de Acordo Geral de Paz de Moçambique em 1992, levantou um problema crucial para milhares de cidadãos moçambicanos que, afastados das suas famílias, das suas escolas e locais de trabalho, permaneceram longos anos nas forças militares, transformando-se em “verdadeiras máquinas de guerra”.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a desmobilização das forças militares constituiu um dos elementos centrais para que a paz prevalecesse. Foi neste âmbito que a unidade técnica da ONUMOZ¹ criou infra-estruturas e condições logísticas para permitir o acantonamento, desmobilização e apoio básicos para a reinserção.

Sam Barnes (1997) analisa os objectivos e impacto dos programas de reintegração dos desmobilizados em geral, implementados por várias agências internacionais envolvidas no processo, e mostra ainda o ponto de vista dos desmobilizados em relação à sua situação económica e social entre 1994 e 1997.

Honwana (2002) e Granjo (2007) Abordam a reintegração sob um prisma ligado a questões simbólicas e sociais onde entra inclusive o factor de aceitação dos indivíduos que se encontram fixados no local de chegada, em relação aos que chegaram. Assim, a nosso ver, estes autores não se cingem apenas à dimensão do bem-estar económico e político

Nilsson (2001), na sua obra intitulada «Paz na nossa Época», argumenta que na sequência do Acordo Geral de Paz (AGP), os programas concebidos para a reintegração dos ex-combatentes na vida civil foram fundamentalmente o transporte destes, juntamente com as suas famílias, para as zonas de escolha, subsídios monetários, regresso ao campo e à agricultura², e a formação profissional e disponibilidade de ferramentas para o emprego e o auto-emprego respectivamente.

¹Onumuz- operações das nações unidas em Moçambique ou missão mista para a paz em Moçambique

² Pensava-se que pelo menos 50% dos desmobilizados iriam para o campo e seriam automaticamente reintegrados na agricultura, dentro duma renovação agrícola que seria naturalmente imediatamente a uma situação pós-guerra.

Neste contexto Malache (1997), defende que o processo de desmobilização e reintegração constituiu uma condição imprescindível para a pacificação e desenvolvimento do país. Taju (1993) traz maior sustentabilidade defendendo que após a desmobilização, para se obter um grande impacto no processo de reinserção torna-se imperativo criar incentivos sociais e económicos. A criação de empregos para milhares de jovens desmobilizados das forças militares é vista como sendo a solução. O grande problema que surge é a falta de qualificações e escolas profissionais para desmobilizados, daí a grande necessidade de reflexão sobre a questão de formação dos ex-combatentes.

Salienta-se também a contribuição de Pardoel (1994) que apresenta dados estatísticos sobre o envolvimento dos ex-militares em programas das agências internacionais envolvidas no processo de desmobilização.

Verificamos que das várias contribuições existentes, poucas procuram equacionar devidamente a questão da mulher desmobilizada, ou seja compreender o seu papel na guerra, a sua desmobilização e reintegração na sociedade, em suma Quais as implicações ou lições a tirar deste processo. No que tange as Mulheres Ex-Militares.

Este trabalho procura analisar em que medida a mulher ex-militar no Distrito Municipal da Katembe procede após a sua desmobilização, reintegração. O estudo surge pelo facto de querer analisar a situação das mulheres porque socialmente verificamos que existe um número reduzido de mulheres que entram na vida militar e desmobilizam em relação aos homens, também elas representam uma camada especial da nossa sociedade. De um lado, Pensamos que uma análise que engloba multiplicidade de aspectos que vão desde as dimensões económicas, políticas, sócio-cultural e simbólica, poderá trazer uma maior contribuição ao nível teórico e pratico da disciplina antropológica. Por outro lado, pessoalmente fazer análise sobre o género é interessante na medida em que actualmente existe vários debates em volta do assunto, este trabalho vai ajudar a teorias as análises no que tange as Mulheres Ex-Militares.

A importância de analisar a situação das mulheres, advém do facto de concebermos que o lugar da mulher era o espaço doméstico e sua função dedicar-se no marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política. O estigma de ser

mulher e tomar para si atitudes que eram concebidas como condizentes apenas ao mundo masculino.

A inovação foi a atitude, uma vez que as mulheres estavam afastadas do processo da participação política, até mesmo por uma questão de status sexual hierárquico que estabelecia e legitimava a desigualdade em vários aspectos, tais como direitos, deveres e os espaços de circulação e actuação. Ao abraçarem a causa colectiva, elas romperam com o seu papel social estabelecido e principalmente com o seu mundo quotidiano. No bojo deste processo foram quebradas normas e tabus, toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afectava de forma incisiva a vida da mulher Moçambicana.

De um lado, a nossa motivação por este estudo tem a ver com a especificidade que esta localidade apresenta. Em primeiro lugar, a existência de cinco quartéis e a permanência dos combatentes desmobilizados no local por longo período de tempo e o desenvolvimento de laços sociais com a comunidade. Este aspecto é importante na medida em que, como se constatou na observação exploratória to terreno, a maior parte destas desmobilizadas são oriundo do centro e norte do país.

Por outro lado, a Ka-Tembe é uma localidade rica do ponto de vista agrícola, onde se esperava que, na sua maioria, as combatentes desmobilizadas se transformam em agricultores. Este aspecto é importante na medida que o programa de reintegração considera a agricultura como tendo o melhor potencial, para a reintegração em Moçambique³.

A escolha de 1992-2012 como balizas cronológicas do nosso estudo justifica-se pelo facto de 1992, concretamente a 4 de Outubro, ter sido o ano em que se assinou o Acordo Geral de Paz⁴, acordo este que, nas suas componentes mais importantes, incluía a desmobilização e reintegração dos ex-combatentes.

Enquanto a escolha de 2012 como limite deve-se pelo facto de ter sido neste ano que avaliamos a nível de reintegração das desmobilizadas de Ka-Tembe naquelas comunidades, passados exactamente 20 anos, do fim guerra civil e assinatura dos Acordo Geral de Paz (AGP).

³ Esta caracterização é fruto dos dados recolhidos na Administração da Catembe.

⁴ AGP- assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma, entre o Governo de Moçambique e a Renamo.

O objectivo geral da nossa pesquisa consistiu precisamente procurar mapear e analisar os processos de reintegração social das mulheres desmobilizadas no distrito Ka-Tembe. Especificamente procuramos identificar as condições criadas para o processo de reintegração social das desmobilizadas; Compreender o processo de reintegração das desmobilizadas a partir do seu papel na Guerra civil de 16 anos; tratamos também de identificar os aspectos ligados ao processo de reintegração social das desmobilizadas levadas a cabo na comunidade e não só.

O presente trabalho é exploratório, possui um carácter qualitativo, sendo que qualquer dado quantitativo que possa surgir ao longo do trabalho, serve apenas de suporte explicativo. Para a análise escolhemos o método qualitativo definido por Minayo e Sanches (1993:247) como aquele que «adequa-se a aprofundar a complexidade de fenómenos, factores e processos particulares e especificidades de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Apresentamos o trabalho em dez capítulos, a saber: Problematização; Os objectivos; Justificativas; Enquadramento Teórico; Definição e Operacionalização dos Conceitos; Revisão da Literatura; Metodologia; Cronograma das Actividades; Orçamento; Referências Bibliográficas.

1.1 Problematização

Moçambique deu por finda, a partir do acordo de paz de 1992, uma guerra civil longa e marcante pela sua violência física e simbólica. Pagou um preço elevados em termos sociais, mais de 1 milhão de mortos, milhões de pessoas refugiadas e deslocadas. Milhares de inválidos, viúvas e órfãos, milhares de crianças soldados e milhares de pessoas sem-abrigo.

De acordo com o Machado e Abranches (2005:1), ao discorrerem em torno da reintegração social dos indus e Cabo-verdianos em Portugal, alegam que os processos de reintegração dos indivíduos podem ser conceptualizados em termos dos respectivos contrastes e continuidades face à população da sociedade receptora em que estão fixados, afirmando-se que o grau de reintegração é inversamente proporcional ao grau de contraste, particularmente de contraste social. Para estes autores a dimensão-chave desses contrastes ou continuidade é justamente a das condições e trajectórias socioprofissionais dos indivíduos. «Se a reintegração nos sectores

mais precários do mercado de trabalho representa contraste e vulnerabilidade à exclusão social, os trajectos de mobilidade ascendem, conduzindo à diferenciação vertical dos desmobilizados segundo uma configuração estrutural idêntica à da população receptora, representam continuidade e reintegração» (Machado e Abranches, 2005:1).

O que podemos colher desta reflexão trazida pelos autores acima citados, é que quanto maior forem os contrastes sociais entre as desmobilizadas e seus vizinhos, menor será o grau de reintegração dos mesmos nesta sociedade, ao passo que quanto menor for o contraste, maior será a reintegração. Assim, o facto de as desmobilizadas trazerem consigo uma carga social e simbólica que diverge com os vizinhos, faz com que estas sejam mais discriminadas e menos aceites, o que leva à exclusão social. No entanto, se estas desmobilizadas convergem em termos de ideias ou da referida carga social e simbólica, estas serão melhor aceites e conseguirão reintegrar-se mais facilmente nessa sociedade.

Não discordamos da posição destes autores, no entanto, pensamos que este facto pode não se apresentar de forma tão linear, pois, as desmobilizadas que possuem contactos e parentes no lugar de chegada (no caso, distrito da Ka-Tembe), podem conseguir uma melhor reintegração social que não obedece necessariamente à esta relação inversamente proporcional. Nesse sentido, importa compreender quais factores permitiram a reintegração social das desmobilizadas e de que modo ocorreu essa reintegração?

Visto que, como referiu Peixote (2002:11), boa parte do fluxo de imigrante para um país resulta de percursos individuais ou familiares que beneficiaram de ajuda de migrantes já instalados no destino.

Este autor, sustenta ainda que existem vários casos de imigrantes que saem do seu país contando com estadia e emprego garantido com as empresas onde são contratados, acabando inclusive a adquirir a residência no país e não tendo necessariamente de acabar trabalhando em sectores precários da economia.

Na visão de Rocher (1989), os valores, assim como os modelos, devem ser partilhados pelos membros de uma colectividade, sendo que estes valores deveriam ser comuns. No entanto, para Rocher (1989), esta reintegração será relativa, pois, os membros de uma colectividade

não partilham todos os valores comuns com a mesma intensidade, o que cria uma divisão e posição entre as pessoas.

A solidariedade nos valores partilhados, pode ser ao mesmo tempo, fonte de unidade social, fonte de conflitos sociais, ou da diversidade social. Então, para este autor, a reintegração social representa a unidade dos indivíduos e a partilha de valores entre os mesmos, que muitas vezes pode ser minada pelo surgimento de divergências e conflito entre estes mesmos indivíduos.

Coelho (2002) no seu artigo intitulado «Antigos Soldados, novos Cidadãos: a reintegração dos desmobilizados de Maputo», mostra-nos como ocorreu a reintegração sócio económica dos ex-combatentes residentes nas zonas rurais e urbanas da província de Maputo. Argumenta que os agregados dos ex-combatentes que se fixaram no meio rural (Boane, Moamba, por exemplo) estão mais estáveis, mais diversificados em termos de ocupação e com mais possibilidades de melhorar a sua vida do que aqueles que se fixaram nas zonas urbanas (Alto Mãe, Bairro Militar, entre outros bairros), onde a terra disponível é mais escassa e a oferta de emprego permanece limitada, e conseqüentemente as condições de vida dos agregados de ex-combatentes é também pior, encontrando-se mais desfavorável para os primeiros, pois, «chegaram tarde» e portanto, são candidatos mais novos e sem qualificações às ofertas do mercado.

Acrescenta que nas zonas rurais as distinções entre agregado com e sem ex-combatentes são menos nítidas. Aqui, os esforços dos ex-combatentes para arranjar emprego são menos visíveis e a agricultura, pesca e criação de gado tornam-se mais importantes como soluções ocupacionais. Os ex-combatentes que vivem nas zonas rurais tem conseguido reconstruir as suas vidas com mais sucesso que os seus companheiros da cidade.

1.2 Enquadramento Teórico

Numa perspectiva sociológica o processo de reintegração social dos indivíduos, seria «o universo de valores como um elemento essencial daquilo que Comte chamou de “consenso social” e que Durkheim intitulou de “solidariedade social” Rocher (1989: 10). Na visão de Rocher (1989), os valores, assim como os modelos, devem ser partilhados pelos membros de uma colectividade, sendo que estes valores deveriam ser comuns. No entanto, para Rocher

(1989), esta reintegração será relativa, pois, os membros de uma colectividade não partilham todos os valores comuns com a mesma intensidade, o que cria uma divisão e oposição entre as pessoas.

A solidariedade nos valores partilhados, pode ser ao mesmo tempo, fonte de unidade social, fonte de conflitos sociais, ou da diversidade social. Então, para este autor, a reintegração social representa a unidade dos indivíduos e a partilha de valores entre os mesmos, que muitas vezes pode ser minada pelo surgimento de divergências e conflito entre estes mesmos indivíduos.

Esta abordagem trazida por Rocher, parece sugerir o pressuposto de coesão social, conceito desenvolvido pelo sociólogo Émile Durkeim na sua obra «De la Division du Travail Sociale» publicado em 1893. Este conceito refere-se basicamente a unidade e consenso entre os membros de uma sociedade ou de uma colectividade, que para fazerem parte da mesma, devem partilhar certas normas, crenças e valores em comum. Quanto mais estas normas e valores divergem, haverá menor grau de unidade entre os indivíduos, onde, alguns poderão ser excluídos da colectividade.

Ora esta ideia de coesão social foi sendo de certa forma criticada ao longo do tempo. Guthrie (1996), ao criticar a ideia de coesão social através da análise das religiões, afirma que estas são necessariamente fonte de unidade e solidariedade entre os indivíduos (que professam a mesma religião). Segundo o mesmo autor, a religião pode muitas vezes separar e dividir muitos grupos, como família, aldeias, comunidades étnicas e Estado, em vez de uni-los.

Uma perspectiva antropológica, Honwana (2002) ao discorrer sobre os rituais de limpeza para a reintegração pós-guerra em Moçambique, aborda ainda como estes rituais levados a cabo por diferentes entidades “tradicionais” existentes no País, como “Maziones”, Curandeiros, Sheiks,⁵ dentre outros, assumiram um papel fundamental na reintegração dos

Mazione - igreja de tipo pentecostal, que são popularmente conhecida pelo termo bantuizado de (ma) zione (zioneista).

Maziones- igrejas sincréticas.

⁵Curandeiros - possessões de espírito e demónios;

Sheik – é aquele que ouve e aquele que fala; pois ele é o livro, e portanto, é a voz que, mesmo em situacao “liminar”, será ouvida.

indivíduos nas sociedades. Assim, esta autora demonstra que os refugiados, deslocados, deficientes, crianças, idosos, viúvas, ex-soldados, dentre outros, tiveram que passar por diversos tipos de rituais para que fossem reintegrados na sociedade, sendo que estes rituais são encarados como indispensáveis em muitas camadas da sociedade moçambicana para que esta reintegração se processe.

No mesmo diapasão, Granjo (2007), ao abordar a reintegração social pós-guerra em Moçambique dos mineiros, ex-prisioneiros ou soldados, afirma que a reintegração não se refere apenas a actividades profissionais tranquilizadoras, porque, a esse nível, vários programas internacionais revelam importantes deficiências.

Estes autores consideram que para haver reintegração dos indivíduos, entram em jogo não apenas factores de ordem económica e política, mas inclusive factores de ordem simbólica, como é o caso dos rituais. Granjo (2007) compartilha da opinião de Coelho (2002), por ele citado, quando este afirma que a reintegração social não deverá ser medida pela sua correspondência a padrões económicos abstractamente desejáveis, mas pela semelhança entre a situação dos veteranos e a dos seus vizinhos, a par da sua aceitação pública enquanto pessoas «como as outras» (Granjo, 2007:24).

Para o contexto que nos propomos pesquisar, pensamos serem relevantes as abordagens de cariz sociocultural e simbólicos trazidos por Honwana (2002) e Granjo (2007) acerca do processo de reintegração social dos indivíduos, pois, como afirmou este último, a reintegração deve ser abordada em todas as suas dimensões e não pode ser compreendida sem tomar em conta os contextos históricos, social e cultural de cada região, bem como todo um conjunto de aspectos que vão desde a aceitação dos indivíduos à formação de redes sociais.

1.3 Conceptualização: Reintegração, Desmobilização Militar e Ritual.

Para Granjo (2007), a reintegração social não deverá ser medida pela sua correspondência a padrões económicos abstractamente desejáveis, mas pela semelhança entre a situação dos veteranos e dos seus vizinhos, a par da sua aceitação pública enquanto pessoas «como as outras».

Por sua vez a Polis, (2000), considera a reintegração social como sendo aquela que visa criar condições que permitam que o inadaptado opte por viver em sociedade respeitando as suas exigências sociais. É a fase de um processo de tratamento ou uma intervenção separada e independente levada a cabo por serviços que não fazem tratamento e tem objectivo e meios próprios.

De acordo com o autor acima citado, a reintegração social é direccionado a todos indivíduos considerados como pertencentes a grupos vulneráveis ou que estiveram fora dos padrões socialmente aceitáveis por alguma razão e por tempo determinado.

A desmobilização significa acabar com a máquina de guerra, isto é, dismantelar as forças militares envolvidas no conflito armado através da passagem da condição de militares para a de cidadão civil. O processo de desmobilização consistiria na recolha de armas e de outros materiais de guerra. Na posse de forças a serem desmobilizadas, e outros de forma a se evitar o regresso a guerra (Madeira, 1999:27).

O processo de desmobilização é percebido como a fase de ruptura necessária entre a guerra e paz, durante o qual os grupos armados (estatais sub-estatais) são reduzidos ou extintos (Muggat, 2005). É um processo com uma natureza simultaneamente mental e física, num cruzamento de esforços em que a separação física dos ex-combatentes se articula com a necessidade de encontrar um novo lugar na sociedade civil (Idem).

Esta fase poderá incluir o estabelecimento de campos e áreas onde os ex-combatentes depõem e entregam as suas armas e onde poderão receber orientação vocacional e assistência económica (Pouligny 2004). A desmobilização ambiciosa, sobretudo, controla aquelas que utilizam os instrumentos visíveis da violência.

Os ritos não são um apêndice mas algo em si, portanto, dotados de certos mecanismos que decorrem do tempo e do espaço (de contexto para contexto) carregando consigo determinados significados (Van Gennep, 1978:30).

Para Van Gennep (1978) o rito de iniciação é visto como sendo um momento de separação simbólica da infância a vida adulta (mudança de status), assim como, um momento de formação (educação) dos iniciados.

Para a elaboração do nosso trabalho guiaremos pelo conceito de *Reintegração e Desmobilização Militar*, porque permitem delimitar o objecto da investigação ao concebermos as mulheres ex-militar como sendo aquelas que passaram das condições de militares para a condição de cidadão civil, mediante um processo de aceitação, de igualdade e de assimilação destas na sociedade e criação de redes sociais, envolvendo factores culturais, sociais e históricos, no caso específico no Distrito Municipal da Ka-Tembe desde 1992 até o presente (2012).

II METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foram consultados vários documentos e obras disponíveis sobre o assunto nas diversas bibliotecas e instituições do país. Também, possui um carácter qualitativo, sendo que qualquer dado quantitativo que possa surgir ao longo do trabalho, serve apenas de suporte explicativo. Para a análise escolhemos o método qualitativo definido por Minayo e Sanches (1993:247) como aquele que «adequa-se a aprofundar a complexidade de fenómenos, factores e processos particulares e especificidades de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

2.1 Observação

A observação Directa, que segundo Quivy e Campenhoudt (2003), utiliza todos sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, sendo que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações no local onde pretende estudar.

Ao longo da pesquisa no terreno escolhemos duas categorias de informantes⁶, que constituíram o nosso grupo alvo. Contactamos com alguns dos nossos informantes nos bairros do Distrito Municipal Ka-tembe e os seus Vizinhos.

2.2 Entrevistas: semi-estruturadas

Para Gill (1987), a entrevista semi-estruturada guia-se por uma relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explicando ao longo do seu curso. O entrevistador faz poucas perguntas directas e deixa o entrevistado falar livremente a medida que se refere aos pontos assinalados.

As entrevistas tiveram lugar em locais marcados pelos próprios entrevistados, mediante acordo prévio e segundo a disponibilidade dos mesmos. Antes de iniciarmos a nossa entrevista, teremos uma conversa informal com os entrevistados, onde explicaremos que as entrevistas são apenas para fins académicos e que não será revelado a sua identidade. Os entrevistados foram seleccionados intencionalmente através da aproximação verificada durante a relação que procuramos estabelecer no local.

⁶ Ao longo do texto, estes informantes serão tratados como informantes A, B ou C. E os vizinhos serão tratados por informante de vizinho A, B OU C e assim sucessivamente.

Constatamos a existência de dois tipos de discursos por parte das entrevistadas. Em público, afirmavam que *“estava tudo bem no exército, não havia discriminação nem desigualdade entre homens e mulheres. Lutou para defender a nação e pátria amada se hoje estamos independentes é graças a nosso envolvimento directo na guerra (Informante B, Agosto/2012).*

Contudo, em privado afirmavam o contrário, nomeadamente que *houve muitas mulheres violadas e que o meu primeiro bebé é filho do tenente, temos participado em encontros, mas quando se trata de projectos de rendimento destinado a mulheres somos excluídas (Informante B, Agosto/2012).*

Fomos discriminadas e esquecidas. Todas as roupas, calçados e outros bens matérias e produtos alimentares foram distribuídas aos homens. As poucas mulheres que conseguiram foi porque conheciam alguém que lhes podia facilitar ou eram esposas dos oficiais do exército, estes que facilitavam-nas. Sentimo-nos marginalizadas (Informante A, Agosto/2012). Também afirma que aquando do processo de desmobilização e de atribuição de reformas com os meus respectivos subsídios, as mulheres foram muito prejudicadas. A maior parte delas não usufruiu desses direitos. Essa situação afectou muito a minha reforma. Pois eu na tive os mesmo direitos que os meus colegas da mesma categoria.

As entrevistadas são unânimes ao afirmarem que o seu desempenho ficou esquecido na história de um conflito que lhe cobrou a maior parte da sua juventude.

A disparidade de dados entre as instituições envolvidas e a falta de acesso ao banco de dados do Arquivo Histórico de Moçambique sobre as desmobilizadas limitaram também a investigação. Uma das nossas entrevistadas afirmou nos que não podia conversar porque estamos no mês de Ramadão⁷. Algumas desmobilizadas as funcionárias, alegavam frequentemente falta de tempo e disponibilidade. No entanto, procuramos submeter os dados que estiveram, ao nosso alcance à uma análise crítica, a fim de separarmos as opiniões e os juízos de valor dos factos.

⁷ É o nono mês do calendário islâmico. É o mês durante a qual os muçulmanos praticam o seu jejum ritual, o quarto dos cinco pilares do islão.

CAPITULO I: O ACORDO GERAL DE PAZ E A DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE EX-COMBATENTES.

1.1 O Acordo Geral De Paz

A 4 de Outubro de 1992 foi assinado em Roma o Acordo Geral de Paz entre o Governo e a RENAMO marcando o fim do conflito armado que durou cerca de 16 anos. O Acordo geral de Paz estabelecia, entre outras disposições a participação das Nações Unidas na mediação das negociações entre as partes, no processo de implementação das actividades previstas no processo de paz.⁸

Á pacificação do País foi vista como uma necessidade urgente, razão pela qual a questão militar mereceu atenção especial. Para efeitos de fim do conflito armado, foram identificadas quatro fases: O cessar-fogo, que entraria em vigor no dia E⁹, a separação das duas forças militares beligerantes, a concentração das forças para reduzir a movimentação de tropas, o risco de reencontros, para permitir a ajuda logística e por ultimo a desmobilização das forças militares.

No contexto do processo de Paz, foi acordado abertura de criação de partidos políticos, a criação de uma comissão da polícia e a realização de eleições gerais, mais tarde até o dia 15 de Outubro de 1993¹⁰.

Porque o conflito armado não somente envolveu militares, mas também provocou grandes movimentos de populações o AGP previa a prestação onde assistência humanitária que estaria sob responsabilidade do gabinete de coordenação da assistência humanitária, (UNOHAC). A assistência dirigida aos refugiados, deslocados, soldados desmobilizados e população afectadas pela fome, cujo numero era estimado entre 5 a 6 milhões de pessoas (Borges Coelho e Vines, 1996:8).

⁸ Boletim da República, 1992

⁹ Serve para indicar o dia em que a assembleia da Republica aprovou o Acordo Geral Paz, a 14 de Outubro de 1992.

¹⁰ Acordo Geral de Paz, 1992, PP: 15-37. As questões militares estabelecidas no protocolo IV, previa também a desmobilização e reintegração das forças militares, o funcionamento da SNAP e a despartidarização e reestruturação das forças. Para uma análise mais detalhada sobre o assunto, vide referencia indicada.

No âmbito de ajuda humanitária, o processo de paz contou com a colaboração de algumas organizações não governamentais (ONGs) que implementaram mais de um terço dos programas de assistência humanitária¹¹.

O acordo de paz, reconhecia também a legitimidade do Governo, suas Leis e Estrutura, assim como a constituição vigente até à realização de novas eleições.

O processo de paz sofreu alguns atrasos sendo a causa principal a falta de confiança entre as partes. Porém, registaram-se outros atrasos que incluíam a falta de definição dos centros de acantonamento (CAs), as exigências constantes da RENAMO sobre habitação transporte e outros, que levaram à recalendarização do processo.

1.2 A Desmobilização das Forças Militares

Dentro de um conjunto de medidas aprovadas para o término do conflito armado, a desmobilização das forças militares constituiu uma das fases mais decisivas para a estabilidade do país.

A desmobilização das forças militares ocorreu nos CAs e teve o seu início a 30 de Novembro para o processo, foram criadas 49 CAs, sendo 20 para Renamo e 29 para o exército Governamental¹². Esses locais foram apetrechados com o registo de todos os beneficiários do programa de desmobilização, gestão de dados sobre soldados registados, provisão de subsídios de desmobilização, sistemas de saneamento, sistema de informação e logística, transporte, para os ex-militares e suas famílias¹³.

¹¹ Para mais informações sobre a contribuição das ONGs na assistência humanitária, vide: Barnes, Sam, 1997: As ONGs em operação de manutenção de paz: o seu papel em Moçambique, in arquivo N. 21, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, PP:53-76.

¹² Nos CAs, procedia-se entrega ao soldado de um conjunto de roupas civil, cartão de desmobilização, subsídio de desmobilização de 3 meses em forma de adiantamento, transporte para o local de origem indicado pelo desmobilizado incluía também instrumentos de trabalho e alimentação. Por sua vez, o desmobilizado entregava a sua respectiva arma e as autoridades consumavam a desmobilização. Uma vez fora dos CAs, o desmobilizado iria receber um subsídio de 6 meses pago pelo Governo e outros de 18 meses financiado pela comunidade internacional. O referido subsídio seria pago pelas autoridades na sua zona de origem ou para onde os desmobilizados decidissem estabelecer-se

¹³ Programa consolidado de assistência Humanitária, 1994: Departamento das Nações Unidas para assuntos Humanitários, PP:11.

Entretanto, à semelhança de algumas situações ocorridas durante a implementação do AGP, o processo de desmobilização foi marcado por vários incidentes ocorridos nos CAs. Os princípios eram as questões mais práticas como saneamento, alimentação, acomodação. Mais tarde, a longa permanência das tropas nos locais de acantonamento aumentou o clima de desconfiança entre as partes, criando ao mesmo tempo certas inseguranças no seio das tropas. As exigências tornaram-se mais intensas com as forças a exigirem a sua desmobilização imediata. De entre os incidentes contam-se a pilhagem das lojas e edifícios, bloqueio de estradas, ameaças ao pessoal das nações unidas e outros (Borges Coelho e Vines, 1996, PP: 26-31). Contudo, apesar do incidente a desmobilização terminou oficialmente a Agosto de 1994.

O processo de desmobilização abrangeu os desmobilizados ao abrigo do AGP, o que esteve na origem de alguma confusão. Existia as tropas recrutadas no âmbito do serviço militar obrigatório (SMO)¹⁴ e que a data da desmobilização ainda integravam as forças militares do governo, havia outros grupos de soldados que tinham sido antigos combatentes e que até a data da desmobilização ainda estavam no activo, forças privadas e milicianas, militares recrutadas logo após a independência nacional¹⁵ entre outros.

1.3 Especialidades da Desmobilização das Mulheres.

Em Moçambique especialmente no distrito Municipal Katembe, a mulher representa mais da metade da população (Vide nexa).

Importa a que referi que trabalhamos com diferentes tipos de desmobilizadas, classificados da seguinte modo:

- ✓ Mulheres desmobilizadas antigas combatentes mas até a data de desmobilização desempenhavam funções como militares;

¹⁴ O serviço militar obrigatório (SMO), esteve estabelecida pela Lei 4/78 de 23 de Março, previa a obrigatoriedade de todo o cidadão moçambicano de participação na defesa da pátria. Para mais informação vide: “ Boletim da Republica”, série I, N 40.129, Outubro/85: ainda sobre o SMO, a desmobilização dos soldados recrutados na Lei 4/78 do SMO, nunca foi cumprida sistematicamente, nem planificada, pois a capacidade de recrutamento era mais intensa se comparar com a desmobilização.

¹⁵ Antigos Combatentes, serve para designar militares que participaram na luta de libertação nacional desde 1964 até 1975 altura da independência do país.

- ✓ Mulheres desmobilizadas antes e depois da aprovação do SMO.

Devido a natureza de trabalho “burocrático” exercida pelas mulheres, desmobilizadas do governo, elas foram afectadas em instituições militares localizadas nos centros urbanos e nos distritos municipais no caso específico (Katembe). Por essa razão, grande parte delas residia nos centros de acomodação para militares ou nas suas próprias casas. Constatamos que, por representarem um número pequeno dentro da estrutura militar não houve uma necessidade de se criarem condições específicas para a sua desmobilização como por exemplo, um CA só para mulheres.

Como resultado, a desmobilização das mulheres do governo ocorreu em partes nas unidades militares onde estavam colocadas, como nos conta Informante B.

“Eu trabalhava na cantina militar do quartel localizado no bairro militar, e foi lá onde foi desmobilizada, o meu nome constava na lista dos militares a serem desmobilizados ali” (Informante B, Agosto/2012).

Verificamos que as mulheres ex-militares das forças Governamentais tiveram que desmobilizar por causa do seu estado de gravidez como nos conta uma das entrevistadas.

“Desmobilizei por questão de estado de gravidez, fiz requerimento ao ministério da defesa a pedido da desmobilização” (Informante C, Agosto/2012).

Para além das questões militares, o AGP estabeleceu também critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos¹⁶. Com o estabelecimento da RENAMO na cidade de Maputo houve um fluxo de membros, homens e mulheres envolvidas nas comissões de trabalho, actividades políticas do partido e outros que estavam temporariamente a viver no hotel Cardoso.

Porque o exército tinha mais homens do que mulheres, a desmobilização esteve direccionada aos homens. Por consequência, houve pequenos aspectos que no acto da desmobilização não foram tomadas em consideração. Como resultado, algumas mulheres acreditam que houve

¹⁶ Sobre a formação, funcionamento, reconhecimento de partidos políticos, vide protocolo, Assembleia da Republica, 1992, PP:11-16.

muita diferença de tratamento entre homens e mulheres durante a desmobilização, como nos confirma uma das entrevistadas.

“Fomos discriminadas e esquecidas. Todas as roupas, calçados e outros bens matérias e produtos alimentares foram distribuídas aos homens. As poucas mulheres que conseguiram foi porque conheciam alguém que lhes podia facilitar ou eram esposas dos oficiais do exército, estes que facilitavam-nas. Sentimo-nos marginalizadas (Informante A, Agosto/2012)”.

A não concentração de mulheres militares no centro de Acantonamento faz com que grande parte delas não tivesse acesso a informação básicas, com por exemplo, qual a função do SIR, da CORE e de outros órgão criados no âmbito do AGP. Como resultado, viveram-se impossibilitados de fazer exigências sobre qualquer assunto relacionado com o processo de desmobilização.

Podemos portanto concluir que o processo de desmobilização registou algumas diferenças de tratamento entre mulheres e homens.

1.4 A Mulher Desmobilizada e os Programas de Reintegração

O processo de desmobilização terminou depois da obtenção do cartão e do respectivo Kit do desmobilizado. Constatamos que por não terem sido acantonadas nos CAs, as ex-militares não tiveram acesso a informação sobre os programas de reintegração, e poucas sabiam da existência do SIR.

O baixo nível de escolaridade acrescida todo conjunto de procedimentos burocráticos dirigidos às agências internacionais envolvidas no processo fez com que 2 desmobilizadas não obtivessem resultados, como foi o caso de Informante C. Veja o que nos conta

“ A Administração Municipal do Distrito de Katembe, disponibilizou fundo para ajudar os ex-militares, mas deve-se elaborar uma proposta de projecto, só depois ira receber financiamento. Pedi ajuda do meu vizinho, ele escreveu e depois foi deixar no Administração. Até hoje não recebi nenhuma resposta” (Informante C/Julho/2012).

As restantes desmobilizadas tiveram acesso de pelo menos um programa de formação.

Podemos concluir que, a falta de informação e de organização foi uma das causas principais do não acesso aos programas de reintegração previsto no âmbito do AGP.

1.4 Benefícios dos Programas de Reintegração

Com os programas de reintegração, os desmobilizados iriam desenvolver algumas actividades de rendimento para o seu auto-sustento.

Verificamos que, todas as desmobilizadas tiveram acesso ao “Esquema de Apoio à Reintegração”. Esta aderência deve-se ao facto do programa ter sido introduzido na fase inicial da desmobilização e ter sido estabelecido na base daquilo que os ex-militares vinham recebendo no exército. As mulheres por nós entrevistadas foram encaminhadas para o curso de “corte e costura” tendo, no fim do curso, recebido uma maquina de costura para iniciarem com as actividades pelo que podemos constatar das nossas entrevistadas apenas uma desmobilizada queria trabalhar na área da costura, contudo alegaram a baixa qualidade das maquinas atribuídas e a dificuldade de manutenção.

As restantes queriam fazer outros cursos como nos afirma Informante B.

“ (...) Gostaria de ter feito um curso de secretariado para poder trabalhar em qualquer instituição. A minha maquina de costura está guardada em casa estragada (...)” (Informante B/ Agosto/2012).

Verificamos que as mulheres dão importância ao trabalho permanente que lhe garante um salário mensal. As desmobilizadas lamentam o facto das empresas de segurança darem preferência apenas pelos desmobilizados homens marginalizando mais uma vez a mulher.

Quanto aos benéficos, todas as ex-militares por nós entrevistadas alegam ter passado grande parte das suas vidas para em troca receberem pouco como compensação. A falta de cuidados na atribuição de matérias de trabalho, especialmente a este grupo, criou ressentimento no seio das desmobilizadas; o argumento frequente por elas utilizadas é a longa permanência no exército e que tanto como os homens as privou de certas oportunidades da vida civil.

CAPITULO II: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS GUERRAS EM MOÇAMBIQUE

Em 25 de Junho de 1962 foi criada a frente de libertação de Moçambique como resultado da fusão de três organizações nacionalistas então existentes, nomeadamente: a União Democrática Nacional de Moçambique, a União Para Moçambique Independente e a *Maconde African National Union*. Com a criação de Frelimo, na Tanzânia, Homens e Mulheres de diferentes pontos de País começaram a imigrar de forma clandestina para o norte de país, indo juntar-se aos outros combatentes que partilhavam do mesmo ideal político¹⁷.

Em 1965, surge o primeiro grupo de mulheres que por sua própria iniciativa se junta a Frelimo. No entanto, havia pensamento diverso sobre a participação da mulher na luta. Assim, as primeiras contradições que surgiram no seio da Frelimo, desde o seu início, ocorreram também por mulheres exigiram uma participação em todas as esferas da luta. A aparente invisibilidade da mulher neste importante período, estará ligado ao facto de a história ter sido escrita pelos homens que, consciente ou inconsciente, se esqueceram da sua participação, acabando por reduzir a situação dominante (Isaacman e J.Stephan, 1982: 21-23)

Eduardo Mondlane, na sua obra “Lutar por Moçambique” prefere:

“ (...) Uma vez em que falei num comício em Moçambique nos princípios de 1968, e o povo começou a fazer perguntas, uma mulher de unidade feminina levantou-se e queixou-se de que as mulheres não eram preparadas para oficiais, de modo que todos oficiais eram homens. E ela queria saber porquê a razão em que nunca ninguém se tinha lembrado de promover as mulheres de oficiais. Como resultado da sua crítica, porém foi tomada a decisão de que, de futuro, as mulheres poderiam ser promovidas a oficiais se para isso tivessem qualificações e experiência ...”

Devido ao carácter das actividades realizadas pelas mulheres, estas não tinham possibilidades de atingir cargos de patentes como nos conta uma das fontes entrevistadas.

¹⁷ Para mais informação relativa a historia da Frelimo, do envolvimento de mulheres e homens que juntaram a Frelimo, assim como as primeiras acções do movimento, a criação do Destacamento Feminino, o desmembramento de alguns membros que fizeram parte dos primeiros partidos mencionados no texto, e outros vide “Data e Documento da Historia da Frelimo” Unidade, trabalho e Vigilância: 19-21.

“ As patentes não se atribuíam por igualdade de circunstâncias. Elas atribuíam-se pelos postos. A natureza de trabalho das mulheres não permitiu que ascendessem aos postos de categorias de patentes. O comandante do Pelotão é que atribuíam as patentes dependendo da natureza das actividades realizada por ex- militares” (Informante C, Agosto/2012).

Como podemos constatar, existiam a que dois factores discriminatório das mulheres que se reforçam mutuamente:

- ✓ O de sociedade em geral, onde a mulher é submetida à subordinação à autoridade masculina devido aos aspectos socioculturais a que esta sujeita;
- ✓ O das forças armadas como instituição. A ideia de exército associa-se aos homens, daí que toda e qualquer actividade respeitante à guerra são maioritariamente executadas por homens.

A esse propósito Boaventura Santos, no extracto que se segue, afirma:

“ O espaço doméstico é o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre conjugues e entre pais e filhos. As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado que está na origem dá discriminação sexual de que são vítima as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo da cidadania (...) Mas o patriarcado familiar é no seu entender a matriz das discriminação que as mulheres sofrem mesmo fora da família e ainda que actue sempre em articulação como outros factores (...) A ideologia patriarcal do espaço-tempo domestico tende a influenciar a subordinação da mulher no mercado de trabalho sendo a prioridade pelo capital nos espaços tempo de produção como pelo estado no espaço-tempo da cidadania que a institucionaliza nomeadamente no domínio do direito penal, direito da família e da segurança social” (Santos, 1994: 260).

De acordo com esta afirmação podemos constatar que existe aqui uma transferência de comportamentos e atitudes da mulher dentro da família para o mundo de trabalho. Para o nosso caso, a mulher no exército servia para alimentar, produzir para os combatentes que iam para frente da batalha. Estas e outras funções dirigidas especialmente para mulheres, limitava

na de ter acesso aos centros de decisões políticas, militares, laboral e outros, pondo em questão a própria constituição da república de 1975¹⁸.

Quanto ao papel desempenhado pela mulher na guerra, podemos concluir que a ideia que “o exército é para homens”, coloca a mulher numa posição de inferioridade dentro da hierarquia militar. Verificamos, também, que tende existir alguma controvérsia entre o que é reportado oficialmente, o que encontramos no terreno sobre esse assunto. Por sua vez, ela assume um papel clássico da mulher como tomar conta das crianças, preparar alimentos, velar pelos mais idosos, etc., por outro lado, a mulher é aquela que luta, que ataca o inimigo, ou seja que participa na frente com os homens. Apesar de todas estas atribuições, elas são excluídas dos centros de decisão por representarem quase sempre um número inferior em relação aos homens. A justificação que nós encontramos é que “guerra” é vista como um assunto de homens, e feita por homens, daí que a mulher vai encontrar dificuldades para fazer valer os seus direitos.

¹⁸Constituição da República de Moçambique, 1975, “Documentos da história de Moçambique: 536; consagra o seguinte no seu artigo N. 26. Todos os cidadãos da República de Moçambique gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres independente da sua cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução posição social ou profissional”.

CAPITULO III: AS DESMOBILIZADAS DA KA-TEMBE

As desmobilizadas da Ka-Tembe não são muito diferentes das desmobilizadas de outras regiões de Moçambique. Todavia, as características “rurais” desta localidade conferiram-lhes um perfil distinto em alguns aspectos. Neste capítulo tentaremos definir algumas características deste contingente particular, com base numa amostra de 10 ex-combatentes, desmobilizadas da Ka-Tembe ao abrigo de acordo geral de paz¹⁹. Esta amostra representa cerca de 30% do total das desmobilizadas na Ka-Tembe²⁰

3.1 Breve Apresentação da Ka-Tembe

A localidade da Ka-tembe faz parte do distrito urbano número um da cidade de Maputo, localizando-se a sul de cidade. É separado pela baía de Maputo e tem uma superfície de 174 quilómetros quadrados, com uma população de cerca de 15.853 habitantes. Está subdividido em cinco bairros, Chalí, Chamissava, Guachene, Nguide e Ncassane.

O seu terreno, é acidentado e de certa maneira obedece uma forma de escadaria nos bairros chalí, Nguide, Ncassane e Chamissava, por essa razão são susceptíveis à erosão, enquanto, o bairro Guachene é formado por uma zona baixa, quase ao nível das águas do mar, daí que é susceptível às inundações. (PNUD/ACNUR, 1997: 5-6).

3.2 Nível de Escolaridade e Formação das Mulheres Desmobilizadas

Em Moçambique tal como em toda a África, o acesso à educação escolar constitui um problema que afecta a sociedade. As barreiras raciais, de classe, religião e de sexo existente no país durante o regime colonial, dificultaram o acesso de grande parte das populações locais às instituições de ensino.

Depois da independência nacional, em 1975, houve uma expansão de rede escolar nas zonas rurais e urbanas, e a educação passou a ser acessível a todos. Entretanto, com o desencadear

¹⁹ Para a realização deste trabalho, foram consultadas 10 famílias de ex-combatentes e 5 famílias sem ex-combatentes, mas residirem todos no mesmo bairro.

²⁰ A localidade da Ka-tembe, alberga 295 combatentes desmobilizados ao abrigo do AGP. Este número é fruto dos dados recolhidos no Arquivo Histórico de Moçambique e na A administração da Ka-tembe.

da guerra civil como depois da independência muitas escolas foram destruídas e várias tiveram que ser encerradas. A consciência nacionalista que se vivia no período pós-independência, de defender a pátria contra o inimigo, conduziu ao recrutamento massivo de estudantes para o exército, deixando-se sem a possibilidade de concluírem com os estudos.

Pelo que podemos observar (Vide Anexo II). 6 Mulheres desmobilizadas não concluíram com a instrução primária sendo estas as que começaram a estudar depois da independência. Por outro lado, 2 mulheres entrevistadas concluíram o ensino médio depois da sua desmobilização.

Ao longo das nossas entrevistas, observamos que a guerra é a causa principal apresentada pelas nossas desmobilizadas para justificar o seu nível de escolaridades. Também, pelo que podemos analisar da nossa amostra, algumas mulheres entrevistadas só tiveram acesso à escola depois da independência nacional e com uma idade já muito avançada. Constatou-se que, por esse motivo, algumas foram recrutadas para o serviço militar.

Com a distribuição maciça de escolas durante o conflito armado houve em todo o país, grandes movimentações de pessoas para áreas que ofereciam maior segurança. Este fenómeno fez com que muitos estudantes não pudessem continuar com os seus estudos, por falta de vagas nas escolas em funcionamento, como nos explica uma das entrevistadas.

“ Estava na 1ª classe em Moeda, estava numa situação que não consegui matricular-me por que não havia vaga. Para não ficar sem fazer nada voluntariei-me para tropa. Quando chega na frelimo dei continuidade dos meus estudos em Chaimete, e terminei na 5ª classe” (Informante A, Agosto/2012).

A formação joga um papel fundamental na vida das pessoas e tem por objectivo capacitá-las e dotá-las de conhecimento e habilidades de modo a integrarem-se no mundo de trabalho. Pelo que podemos constatar na nossa amostra, durante o cumprimento de serviço militar, as desmobilizadas foram apreendendo vários ofícios sendo a destacar, o secretariado, mecanografia, mecânica, operação de rádio, tipografia e outros. (Vide anexo III).

Verificamos que alguns trabalhos exercido pelas ex-militares das forças governamentais, poderiam ter sido reforçados através de cursos de formação: todavia, nenhuma delas mostrou conhecimento teórico, apenas experiencia de trabalho. Esta situação e agravada pelo facto da

experiencia de trabalho ter-se resumido ao circulo militar o que agora dificulta a sua integraçãõ no mercado de trabalho, actualmente mais exigente, como nos conta uma da desmobilizada.

“ Eu trabalhava no comissário político na área da tipografia, na altura era a única mulher, fizemos a primeira tiragem da revista 25 de Setembro e jornal combate, que foi visto a nível nacional, mas o problema é que não tínhamos classe e nem diploma que confirma, apenas experiência de trabalho. Actualmente para integração do trabalho devemos apresentar o diploma, nessa situação fica cada vez mais complicada, e surgem as graduadas das universidades com diploma recebendo um vencimento alto mais sem experiência de trabalho, meu filho assim como ficamos? E nossa idade avançada!” (Informante B, Agosto/2012).

De acordo com Srivastava (1994;38-39) supõe que, dependendo do nível de educação de experiencia de trabalho no exército e da sua escolha de reintegração, deve ser possível conceber programas especiais de formação para emprego independente das mulheres, de acordo com as suas necessidades. A melhor abordagem consiste em localizar locais de formação e fornecer orientação antes da formação técnica e comercial. Todos os programas de formação devem ser abertos as mulheres, e o acesso a credito e serviço de apoio dever-se-ia ser-lhes facilitado. Existem propostas e estratégias de formação para emprego independente ou trabalho específico cujo objectivo é fornecer uma mistura de qualificações tácticas e de gestão para aumentar as possibilidades de arranjar emprego.

As habilidades desenvolvidas aos trabalhos executados pelas desmobilizadas no exército, poderiam ser melhoradas a partir do aperfeiçoamento de técnicas novas para poderem entrar no mercado de trabalho. Entretanto, é necessário ter-se em consideração as exigências do mercado e do interesse do indivíduo em questão para se evitar situações como estas.

“ (...) Mandaram-me fazer o curso de artesanato e depois atribuíram-me um kit completo, mas não a cultura de compra de produtos de artesanato, dependemos de compra dos estrangeiros, mas não aparecem todos os dias vêm uma vez a outra, assim nosso produto não tem saída e esta difícil fazer negócio, eu gostaria de fazer o curso de informática, deste modo poderia trabalhar nas instituições públicas ou privadas e ganhava um salário mensal que pudesse sustentar a minha família, agora depende do valor da reforma que não cobre todas as despesas da casa” (Informante E, Agosto/2012).

As 10 mulheres entrevistadas, 8 foram enviadas para o curso de corte e costura. Deste grupo, 7 mulheres queriam fazer outros cursos de formação, mas não foi dada a atenção devida. Como resultado, nenhuma das entrevistadas pratica esta actividade.

Antes de implementação dos cursos, era necessário fazer um estudo de mercado, porque se esta tratar com um grupo específico de pessoas, ou seja ex-militares mulheres que nunca estiveram em contacto com o mundo de trabalho “civil”. Nesta ordem de ideias, elas precisariam de operar em áreas de negócio onde não estariam a competir com pessoal graduado e profissional. Como confirma uma desmobilizada.

“ (...) Estou em casa sem fazer nada, gostaria de praticar o negócio da área de estaleiro e comprava um carro de caixa aberta para carregamento das pedras e blocos, aproveitava fazer chapa, porque a que no bairro da marinha esse negócio tem rendimento e os produtos não a apodrecem facilmente, não teria quebra”. (Informante I, Agosto/2012).

De um do geral, podemos concluir que as mulheres desmobilizadas são pessoas que foram incorporadas nas forças militares sem nenhuma formação, e sem educação relevante. Mas depois da sua integração no exército, não receberam nenhuma formação teórica capaz de promover as suas habilidades no sector civil. A questão de formação pode não ser considerada como solução dos problemas das desmobilizadas, mas deveria ser considerada como uma estratégia de reintegração dos ex-desmobilizados, através do aperfeiçoamento do conhecimento prático já obtido durante a guerra.

Ocupação das Mulheres Desmobilizadas

Antes de começarmos a analisar os nossos dados, pretendemos esclarecer alguns termos que utilizamos nesse trabalho, que se encontram referidos num dos nossos anexos (Vide Anexo IV):

- ✓ O termo “sem salário”, serve para indicar as mulheres que executam trabalhos e não recebem salários;
- ✓ O termo “trabalho assalariado”, serve para indicar as mulheres que trabalham numa instituição pública ou privada e que recebem em troca um salário mensal constante;

- ✓ Por sua vez o termo “Negocio informal” serve para indicar as actividades diversas e irregulares que as mulheres desenvolvem cujo rendimento depende do volume de trabalho.

De acordo com a nossa amostra, 1 mulher ex-militar é trabalhadora assalariada, e faz parte deste grupo a mulher com nível académico mais alto da nossa amostra. O maior grupo é constituído por 6 mulheres desmobilizadas que executam trabalho em troca de nenhum salário. Este grupo de mulheres desmobilizadas ocupa grande parte do seu tempo no círculo dinamizador do partido Frelimo. Nesse local, as mulheres executam trabalho de limpeza, protocolo, preparação de comida e por vezes dactilografia.

Algumas mulheres desmobilizadas tinham apenas os subsídios de reforma como fonte de rendimento. Os valores estimam-se entre 1.000.00 MT e 3.000.00 MT e, é por elas considerado muito baixo. Todavia, elas alegam que esta situação é consequência de atribuição de categorias de “oficiais sem patente” a que grande parte delas estava sujeito.

“Durante a guerra civil, que durou cerca de 16 anos no país, as mulheres combateram nas fileiras dos exércitos lado a lado com os homens. No entanto aquando do processo de desmobilização e de atribuição de reformas com os seus respectivos subsídios, as mulheres foram muito prejudicadas. A maioria parte delas não usufruiu desses direitos. (...) Esta situação afectou muito a minha reforma: pois eu não tive os mesmos direitos que os meus colegas da mesma categoria. A ONUMOZ considerou-me uma militar simples porque não tinha patentes. (...) Quanto às mulheres, o seu desempenho ficou esquecido na história de um conflito que lhes cobrou a maior parte de sua juventude” (Fórum Mulher, 1996:16-17).

Verificamos que grande parte das mulheres desmobilizadas por nós entrevistadas pouco sabe sobre os critérios de atribuição de subsídios de reforma. É comum entre as ex-militares usarem expressões como “simpatias”, “protegidos” na atribuição dos subsídios, como nos conta uma desmobilizada:

“ (...) Tenho pena da dona Anastácia João, não recebe o subsídio, tentei falar com ela, só que se encontra doente, tem problemas mentais desde o momento que separou-se do seu marido era um branco, eu confirmo que é nossa camarada estávamos no mesmo pelotão ficamos 16 anos no exercito, ela também tem direito”. (Informante I, Agosto/2012).

A pressão financeira vivida nos últimos tempos com a introdução do PRE, aliada à vontade crescente de ingressar no mercado de trabalho, faz com que mulher contribua cada vez mais para o sustento da família através do emprego.

Todavia, pelo que podemos constatar na nossa amostra, o número de mulheres, que prática esta actividade é bastante reduzido. A baixa afluência de mulheres desmobilizada no sector informal é devida, em parte, pela falta de capital inicial para começar qualquer actividade.

Por ser uma actividade informal o acesso a crédito bancário é limitado por falta de garantia de retornos seguros e insuficientes de património. Assim, o negócio consiste no comércio de produtos de baixo rendimento tais como doces, caixa de fósforo, bebidas alcoólicas, refrescos, estaleiro, transportes de semi-colectivo, como nos conta uma desmobilizada:

Grande parte das desmobilizadas do antigo exército governamental alegam que quando militares desempenham várias actividades e que poderiam continuar a exercer as mesmas funções, ou mesmo melhorar os conhecimentos através de curso de capacitação. Contudo, não lhe foi dada oportunidade, como nos confirma uma entrevistada.

“ (...) Eu trabalhava no comissário político na área da tipografia, mas quando me desmobilizarão poderiam ter me dado um curso de capacitação na minha área, assim poderia ter um diploma que confirmaria as minhas qualidades e habilidades, facilmente encontrava emprego na vida civil e estaria ao nível de competitividade com as jovens recém-graduadas do nível superior, mas sem diploma, nem um curso de capacitação. Nas casas de 50 anos de idade e que nunca trabalhou na vida civil fica complicado arranjar emprego” (Informante D, Agosto/2012).

Grande parte das desmobilizadas encontram no casamento uma forma de ajuda como nos conta uma desmobilizada.

“ (...) Eu não trabalho, faleceu meu marido em 2000, depois de ele falecer a nossa vida ficou de mal ao pior, porque ele é que trabalha e conseguia sustentar a casa, agora tenho 6 filhos três já não estão a viver comigo, duas estão casadas e o mais velho que poderia me ajudar meteu-se nas drogas, fez o curso médio de jornalismo, mas não exerce as suas funções por causa da droga, em casa sob a minha responsabiliza ficaram duas crianças que precisam de apoio para dar continuidade os seus estudos até a universidade, também esta uma filha

minha com seus filhos o pai vivi na África de sul e fica muito tempo sem aparecer. Agora sendo viúva, desmobilizada e sem trabalho é mesmo ma sorte” (Informante F, Agosto\2012).

A questão de falta de emprego ou de alguma actividade que gera rendimento constitui uma preocupação não só no seio das desmobilizadas como também de população em geral. Podemos concluir que este grupo tem várias dificuldades de entrar no mercado de formação e por vezes informal, como consequência do baixo nível de escolaridade que interfere a quase todos os níveis.

A longa permanência no exército e, conseqüentemente, a idade já avançada das mulheres é outro factor utilizado pelos empregadores para não admissão desta mão-de-obra. Acrescido este factor está a falta de experiencia profissional em constituições de sector civil que é tida muitas vezes como uma grande barreira por parte das desmobilizadas para conseguir trabalho.

A falta de dinheiro, contactos de familiares e de amigos para o estabelecimento de algumas actividades informal arrasta mais a situação desesperante das desmobilizadas. Outro aspecto importante é a responsabilidade familiar que elas acarretam consigo. Esta, é frequentemente usada pelos empregadores como uma forma discriminatória quanto á admissão de mulheres para o trabalho.

3.3 Locais de Origem e de Residência

Por se tratar de uma guerra de guerrilha a escala nacional, as mobilidades das combatentes foram muito frequente, devido a necessidade diversas e pelas funções que algumas exerciam. Durante o cumprimento da vida militar todas as mulheres estiveram em mais de duas províncias do país. A transferência de postos, dos seus conjugues que eram militares, a fuga como resultado da intensificação da guerra são aspectos apresentados pelas entrevistadas.

Quanto a sua fixação no distrito municipal Ka-tembe, os motivos apresentados foram a falta de contacto com os seus familiares nos seus locais de origem desde que entraram para a guerra. O casamento e naturalidade são vistos no seio das desmobilizadas como razão de sua fixação.

Verificamos que devido ao estatuto de antigas combatentes conferido a algumas desmobilizadas, logo após a independência nacional, estas tiveram, direito de casa para habitação. Vejamos o caso de uma desmobilizada.

“ Eu tenho casa na Katembe, porque logo depois da guerra da independência o meu marido foi transferido da Beira para Maputo província, particularmente na Katembe, o estado nos atribuiu a casa, mas depois para a título de posse da casa tínhamos que pagar um valor ao estado, é o que fizemos”(Informante A, Agosto/2012).

Constatamos que grande parte das nossas entrevistadas, vivi com familiares e amigos. Podemos concluir que houve grande parte movimentações de pessoas civis e militares durante a guerra, por essa razão, algumas das nossas desmobilizadas optaram pelo distrito municipal Ka-tembe.

Quanto aos locais de origem e de residência das desmobilizadas, podemos concluir que existe aqui uma grande diversidade de casos. Constatamos que esta situação de falta de habitação é um problema que afecta toda a sociedade. Contudo, as famílias jogam um papel muito importante na vida de algumas desmobilizadas em termos de acomodação devido a dificuldades financeiras que estão atravessar. Não é uma mobilidade comum entre as desmobilizadas alugarem casa ou mesmo quartos.

3.4 Estado Civil e Tempo de Permanência no Exercito

A nossa amostra (Vide anexo VI), é composta maioritariamente por mulheres desmobilizadas solteiras e a média de filhos é de 3 para casa. Verificamos que neste grupo, as mulheres nunca tiveram parceiros fixos.

O quadro em anexo mostra a predominância de combatentes desmobilizadas casadas²¹. Pudemos observar que pelo menos 5 dos parceiros das desmobilizadas são militares e conheceram-se quando ainda exerciam funções militares. A média de filhos é de 3 crianças por casal.

²¹ Para este trabalho consideramos casadas aquelas que vivem maritalmente, isto é, com companheiro independentemente de serem casadas oficialmente ou não.

Quanto ao tempo de permanência no exército pudemos constatar que a media é de 15 anos, sendo 4 anos o tempo mínimo e de 30 anos o tempo máximo. Nas forças governamentais ocorra sempre que os militares ficassem num tempo indeterminado como nos sustenta Tajù, ao afirmar que:

“ A desmobilização de pessoa recrutadas na base da lei 4\78 que instituo um serviço militar obrigatório de dois anos para todos os cidadãos, nunca foi um processo sistemático e planificado e, conseqüentemente, dotado de provisão orçamental para a sua execução como acontecia, regra geral, com o recrutamento” (Tajù, 1992:10).

De acordo com este autor, esta situação dos soldados permanecerem mais do que regulamentado fez com que em muitos sacos estes constituíssem famílias. Este é um dos casos de uma desmobilizada:

“ Conheci meu marido quando eu estava a estudar na escola numa missão católica, começamos a namorar quando éramos militares, trabalhamos juntos na comissão política da província de Maputo”(Informante D, Agosto\2012).

Pela facto da RENAMO ser um movimento de guerrilheiro dificilmente poderia executar operações de desmobilização visto que a sua preocupação era ganhar mais apoio da população com vista a implementar a sua politica de desestabilizada.

Pudemos concluir que as guerras sucessivas que ocorreram no país desde a luta de libertação até ao AGP deixaram pouco espaço para se cumprirem com certas actividades militares, neste caso as desmobilização do soldado. Verificamos que, tanto para a RENAMO como para o Governo, a grande preocupação eram conseguir mais homens para a sua fileira. Outro aspecto por nós verificado é que o serviço militar constituiu para as mulheres uma referência comum para as suas vidas.

CAPITULO IV: SERÁ QUE AS EX-COMBATENTES DA KA-TEMBE ESTÃO REINTEGRADAS?

A comparação entre famílias com e sem ex-combatentes constitui uma perspectiva fundamental para avaliar se as ex-combatentes estão reintegradas ou não nas comunidades onde se fixaram. Neste capítulo, com base na amostra de 10 famílias com combatentes e 5 famílias sem combatentes, procuramos compreender as semelhanças e diferenças entre as famílias de dois tipos. Por outro lado, quanto mais semelhante mais forte é o nível de reintegração. Por outro, é necessário verificar se as diferenças tendem a desaparecer com o tempo ou se, pelo contrario algumas delas favorecem o reforço de uma identidade das ex-combatentes distintas do resto da população.

4.1 Comparação entre famílias com ex-combatentes e sem ex-combatentes

Primeiro começaremos por discutir o conceito de reintegração de forma a concluir se as desmobilizadas na ka-tembe estão reintegradas ou não. A verdadeira reintegração ocorre quando se chega a uma situação em que os problemas dos ex-desmobilizados e os problemas das comunidades onde elas se inserem são mais idênticos possíveis. (Coelho, 2002:332)

Reintegrar as ex-combatentes não é resolver os problemas delas mas sim é fazer com que as dificuldades que elas enfrentam sejam as mesmas enfrentadas pela comunidade onde elas estejam inseridas. Se uma ex-combatente estiver muito bem na vida e a comunidade onde ela se inseriu enfrenta dificuldades, significa que essa ex-combatente não está reintegrada. É dentro desta lógica de pensamento que iremos tentar ver se as desmobilizadas da ka-tembe estão ou não reintegradas naquelas comunidades, por essa razão iremos fazer um estudo de forma a apurarmos as semelhanças, diferenças e o relacionamento entre ambos os grupos.

A primeira distinção encontrada refere-se á origem das chefes das famílias. Os das famílias sem ex-combatentes são na esmagadora maioria (90% do total das entrevistadas) naturais da ka-tembe (Vide anexo V). Elas mantêm fortes ligações com os parentes distribuídos pela localidade, factores que desempenha um papel importante na esfera económica, reforçando a capacidade da família para enfrentar as actuais dificuldades da localidade.

“ Sou natural da Ka-tembe, a minha família é composta por 10 pessoas, 7 filhos e 3 netos. Tenho parentes em todo o bairro da ka-tembe. Ajudamo-nos umas as outras nos produtos que cultivamos na machamba ” (Vizinha de Informante A, Agosto\2012).

Pelo contrário as famílias com ex-combatentes vieram na sua maioria de províncias distintas (75% do total das entrevistadas) do norte e centro do país, para serem desmobilizadas na Katembe, onde ainda procuram estabelecer-se sem apoios familiares.

“ Vim da província de Niassa, transferida com o meu marido e fui desmobilizada na ka-tembe, mas tenho informação que a minha mãe faleceu em 2000, logo a pós a morte do meu marido, assim nestes dias sinto-me sozinha, desde que sai do Niassa em 1973 e entrei no exército nunca mais voltei a ver a minha família que situação, para isso é uma grande tristeza” (Informante B\ Agosto de 2012).

Para além da distância e de falta de meios para voltarem as suas terras de origem, existem vários factores que impedem os ex-combatentes de restabelecer contactos com as suas famílias. Algumas mostraram-se relutantes em voltar às suas aldeias de origem porque sentiriam vergonha de regressar sem presentes apropriados para os seus parentes. Tendo deixado as suas aldeias para entrar no serviço militar, o que de ponto de vista rural terá correspondido a uma promoção importante é como se tivessem imagem a preservar, imagem essa que seria afectada se regressassem como umas “falhadas”. Por outro lado, algumas das ex-combatentes de RENAMO estão envergonhadas e arrependidas das coisas que fizeram no passado nas suas próprias aldeias, coisas estas que os impedem de contactarem as suas famílias (Coelho, 2002:210-211).

Semelhança que encontramos refere-se ao padrão ocupacional das mulheres. A agricultura, venda de lenha, negócio informal, constituem as mais actividades para a sobrevivência dos ambos grupos.

Fortes semelhanças também encontradas ao nível educacional. As famílias de mulheres ex-combatentes e sem ex-combatentes apresentam um nível educacional baixo. Cerca de 80% das mulheres das famílias sem ex-combatentes não concluíram o ensino primário, apenas 20% frequentam o ensino secundário (Vide anexo V). É exactamente o baixo nível

académico de ambos os grupos que justifica a prática, pela maioria, da actividade não assalariadas.

Ainda a nível de semelhança constatamos que as famílias de ambos grupos são constituídas por uma média de 5 pessoas e 3 crianças por famílias. Acrescenta também que, a esmagadora maioria de ambos grupos reside em casas próprias construída na base do material local.

A nossa análise procurou apurar ainda a relação existente entre as moradoras com as desmobilizadas. Não tivemos informação dos entrevistados que mostrou ter uma imagem negativa das desmobilizadas. As declarações de Informante D, espelha melhor esta situação. Quando questionada do que achava das suas vizinhas ex-combatentes, disse:

“ (...) Aqui na Ka-tembe vivemos bem e em paz com nossas vizinhas ex-combatentes, conversamos juntas e convivemos sem nenhum problema, não ouvimos situação de roubo por parte delas, gostam de trabalhar e ajudamos no trabalho, o que eu acho é que os problemas atravessado por elas é da localidade, que é a falta de infra-estrutura empregadoras de mão-de-obra (...)” (Vizinha de Informante D, Agosto\2012).

Assim, verificamos que as nossas entrevistadas tem uma imagem positiva das suas vizinhas ex-combatentes, consideram-nas pessoas como elas e manifestam-se solidárias com a necessidade que elas têm de querer encontrar um emprego formal. Grande parte das moradoras considerou o problema das ex-combatentes desmobilizadas como um problema comunitário que poderia resolver-se com o aumento de oferta de emprego.

Tendo em conta o processo acima descrito e o que foi até então exposto, pensamos que neste caso, o conceito de reintegração social necessita uma abordagem que tenha em conta múltiplos aspectos que vão desde o económico e político e cultural. Assim, existe a necessidade de resgatar a componente e a dimensão simbólica do conceito, porém, sem menosprezar o económico que detêm a sua importância na análise da realidade social.

Pensamos que uma análise que engloba multiplicidade de aspectos que vão desde as dimensões económicas, políticas, sociocultural e simbólica, poderá trazer uma maior contribuição ao nível teórico e prático da disciplina antropológica.

CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto constatamos que, apesar de directamente ou indirectamente a mulher ter sido parte integrante dos conflitos em Moçambique, ela esteve sujeita a diferenças de tratamento.

Apesar da participação da mulher ser um assunto controverso, pudemos verificar no nosso trabalho que o papel da mulher esteve focalizado em questões sociais, burocráticos e domésticas, cargos esses que não têm grande relevância na atribuição de patentes militares. Como o exército é dirigido por homens. Uma instituição marcadamente machista, e visto como um circulo fechado, onde dificilmente a mulher encontra espaço para fazer valer as suas capacidades e habilidades, mesmo depois de ter sido recrutada na maior parte das vezes compulsivamente.

Embora as desmobilizadas da Ka-Tembe reclamem da falta de atenção por parte do Estado, assistimos no terreno a um esforço genuíno de auto-reintegração. Cada vez mais as ex-combatentes se preocupam não em “bater portas” ou em preencher formulários para se candidatarem a algum tipo de apoio, mas com a luta diária pela melhoria da sua vida. As dificuldades enfrentadas por elas, principalmente a falta dum emprego assalariado são as mesmas dificuldades enfrentadas pela comunidade daquela localidade.

Tudo isto para dizer que as desmobilizadas que se fixaram na Ka-Tembe estão em pé de igualdade com os seus vizinhos, Embora existam algumas diferenças, estas têm a sua origem no facto das desmobilizadas terem “chegado tarde na localidade”, e ainda estão a fazer aquilo que os outros já fizeram em tempos anteriores.

É de ressaltar que para que haja uma análise aprofundada dos processos que ocorre, no caso o processo de reintegração social das mulheres ex-militares do Distrito Municipal Katembe. Pensamos que uma análise que engloba multiplicidade de aspectos que vão desde as dimensões económicas, políticas, sociocultural e simbólica, poderá trazer uma maior contribuição ao nível teórico e prático da disciplina antropológica.

As conclusões aqui apresentadas não devem ser generalizadas pois partem de um universo específico, mas é provável que a nível nacional a desmobilizadas se encontram em situações idênticas.

III REFERENCIA BIBLIOGRAFIA

Abrahamsson, H, 1994, *Moçambique em Transição Programas Consolidados de Assistência Humanitária*, 1992-1994, Maputo: Departamento das Nações Unidas para Assuntos Humanitários.

Acordo Geral de Paz, 1995, *Boletim da República, Assembleia da República*.

Auge, Marc e Colleyn, Jean-Paul, 2004, *A Antropologia*, Lisboa: Edições 70, Pp: 73-83.

Barnes, Sam, 1997, *As ONGs em Operação de Manutenção de Paz: Seu Papel em Moçambique*, In Arquivo N.21. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

Boletim da República, 1992, *I Serie*, N42; 14\10\94.

Boletim da República, 1995: *Lei 4\78 Sobre Serviço Militar Obrigatório Serie*, N40; Outubro\95.

Coelho, João Paulo Borges e Vines, Alex 1996, *Desmobilização e Reintegração dos Ex-Combatentes em Moçambique*, in: Arquivo N19. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique

Coelho, João Paulo Borges, 2002, *Antigos soldados, novos cidadãos: a reintegração dos desmobilizados de Maputo*, in Estudos Moçambicanos, 20, pp. 141-236.

Durkheim, Èmile, 1893, *De la Division du Travail – Étude sur l' Organisation dês Societes Superieures*, Paris: F, Alcan, Pp: 471.

Frelimo-Destacamento Feminino, 1983, *The Mozambican Woman in The Revolution*.

Fórum Mulher, 1996, *Desmobilizadas de Guerra: Luta pela Igualdade de Direitos* In: Boletim Informativo N. 16-17, Maputo.

Gil, António, 1987, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo: Atlas S.A.

Granja, Paulo. 2007, *Limpeza Ritual e Reintegração Pós-guerra em Moçambique: Análise social*, Vol. XLII (182), pp. 123-144.

Guthrie, Stewart 1996, *The Sacred: A Skptical*, in: INNOPULOS, Thomas e YonanEdward (orgs.), *The Sacred and Its Scholars*. Leiden: Brill, Pp: 124-38.

Isaacman, Barbará e Stephen, June 1982, *A Mulher Moçambicana no Processo de Libertação*, Maputo: INLD.

Honwana, A. 2002.*Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*, Maputo: Promédia.

Machada, Afonso e Abranches, Xavier, 2005, *Reintegração Social dos Hindus e Cabo-Verdianos em Portugal*. Lisboa; Edições 70, PP 1-17.

Madeira, Manuela, 1999, *A mulher desmobilizada*, Maputo: UEM, Faculdade de Letras e Ciências Sociais [Dissertação de Licenciatura].

Malache, Adriano, 1997, *Utilização e Desenvolvimento de Recursos Humanos nos projectos de desmobilização e reintegração*, estudo de caso: Formas de Sobrevivência e Expectativas de Combatentes Desmobilizados no distrito de Boane. Maputo: UEM, Faculdade de Letras. [Dissertação de Licenciatura].

Ministério de Defesa Nacional, 1994, *Desmobilização e Reintegração Pós-guerra: Resumo da Experiência de Moçambique*, Ministério de Defesa Nacional: s\a.

Minayo, M. C. e Sanches, Odécios 1993. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade*, In: *Cadernos de Saúde Publica*. 9 (3): 239-262.

Mondlane, Eduardo, 1968, *Lutar por Moçambique*, Lisboa Sá da Costa.

Muggah, Robert (2005) *No Magic Bullet: A critical perspective on Disarmament, Demobilition and Reintrgration in Post-Conflict Contexts*. The Round Table Vol. 94, n. 379 Pp 239-259.

Nilsson, Andes, 2001, *A Paz na nossa Época*, Maputo, Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais.

Pardoel, Tom, 1994, *Desmobilization*, In: Mozambique Socio Economic Profile of the Group of 92,887 Demobilized Soldier as per the demobilization program on 30.11.94, Maputo UNDP/RSS/December.

Peixoto, João, 2002, *País de Emigração ou País de Imigração*; mudanças e Continuidade no Regime Migratório em Portugal. Lisboa: Departamento de Ciências Sociais- ISEG, PP 10-45.

PNUD\ACDNUR, 1997, *Província de Maputo. Perfil Distrital*. Maputo: PUND

Pólis, Andrade, 2000, *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia e Ciência Política*, Lisboa: Verbo.

Pouligny, Béatrice, 2004, *The Politics and Anti-Politics of Contemporary Disarmament, Demobilization and Reintegration Programs*, In: <http://www.cerisciences.Po.Org/Cherlist/Pouligny/RepportPouligny.PDF> [Consultado em 20 Junho 2009].

Quivy, Raymond e Campenhoud, Luc Van, 2003, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva, Pp: 191.7.

Rocher, Guy, 1989, *Sociologia Geral: Mudança Social e Acção Histórica*, Lisboa; Editora Presença, Pp:10.

Santos, Boaventura Sousa, 1994, *Pela Mão da Alice: O Sócio e o Político no Pós Modernismo*, Lisboa: Edições Afrontamento.

Srivastava, Ranesh, 1994, *Reintegração de Combatentes Desmobilizados: Estudo de Opções e Estratégias de Intervenção de Relacionados com a Formação*. Genebra: Organização Internacional de Trabalhadores,

Tajú, Gulamo, 1992, *Processos de Inclusos Pendentes e Gerações de Desmobilizados e Reintegrados na Sociedade Civil*, Maputo: CEA/UEM.

Tajú, Gulamo, 1993, *Desmobilização de Militares e o Desemprego Urbano Moçambique Pós-Guerra: diálogos e perspectivas*, Maputo: CEA/UEM.

Van Gennepe, A, 1978, *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis: Vozes.

ANEXOS

ANEXO I

Distribuição de Mulheres Desmobilizadas por Patente

Patenteias	Quantidades		
	Renamo	Governo	Total
Capitão	1	0	1
Tenente	1	1	2
Alferes	0	2	2
Intendente	0	1	1
I.Sargento	1	2	3
Soldado	0	1	1
Total	3	7	10

Fonte: Entrevistas a Desmobilizadas, Ka-tembe: Agosto\2012.

ANEXO II

Distribuição de Mulheres Desmobilizadas por Idade, Origem, Ano no exército e Nível Académico.

Nome	Idade	Província	Anos no Exercicio	Nível Academico
------	-------	-----------	-------------------	-----------------

Informante A	54	Cabo Delgado	20	1ª Classe
Informante B	56	Niassa	15	4ª Classe
Informante C	55	Cabo Delgado	17	1ª Classe
Informante D	55	Manica	17	8ª Classe
Informante E	52	Zambézia	19	3ª Classe
Informante F	53	Zambézia	15	2ª Classe
Informante I	50	Maputo	18	1ª Classe
Informante J	51	Cabo Delgado	22	1ª Classe
Informante L	54	Beira	17	3ª Classe
Informante M	52	Beira	19	4ª Classe

Fonte: Entrevistas a Desmobilizadas, Ka-tembe: Agosto\2012.

ANEXO III

Distribuição das Mulheres Desmobilizadas por Função

Função	Nº
Dactilografia e Secretariado	2
Motorista	1
Operador de Rádio	3
Mecanografia	1
Logística	2
Enfermagem	1
Total	10

Fonte: Entrevista a Desmobilizadas, Ka-tembe: Agosto\2012.

ANEXO IV

Distribuição das Mulheres Desmobilizadas por Trabalho

Trabalho	Nº
Trabalho assalariado	1
Sem Trabalho\ Sem Salário	6
Negocio Informal	2
Outras Actividades	1
Total	10

Fonte: Entrevistas a Desmobilizadas, Ka-tembe: Agosto\2012.

ANEXO V

Distribuição dos Chefes das Famílias Sem Ex-Desmobilizas por Origem e Nível Académico

Nomes	Origem	Nível Académico
Vizinha de Informante A	Gaza	3ª Classe
Vizinha de Informante B	Gaza	6ª Classe
Vizinho de Informante D	Maputo	5ª Classe
Vizinho de Informante I	Zambézia	11ª Classe
Vizinha de Informante F	Cabo Delgado	1ª Classe

Fonte: Entrevista com Chefes das Famílias Sem Ex- Combatentes, Ka-tembe: Agosto\2012.

ANEXO VI

Ocupação dos Chefes das Famílias se Ex-Combatentes

Trabalho	Nº
Trabalho assalariado	1
Sem Trabalho\ Sem Salário	2
Negócio Informal	1
Outras Actividades	1
Total	5

Fonte: Entrevista com Chefes das Famílias sem Ex-Combatentes, Ka-tembe: Agosto\2012